

COISAS DA POLÍTICA

■ DORA KRAMER

G-7 debate Amazônia

Representantes dos países mais ricos do mundo – Estados Unidos, França, Inglaterra, Alemanha, Japão, Canadá e Itália – vão passar, no final deste mês, três dias em Manaus debatendo com o governo brasileiro os problemas da Amazônia. Eles compõem o G-7, que, desde 1990, financia um programa piloto de proteção às florestas brasileiras, cujo valor inicial estava previsto em US\$ 1,5 bilhão. Lá haverá firme cobrança do Brasil em relação ao comprometimento de cada um dos países participantes com o envio de recursos.

Até agora foram liberados US\$ 250 milhões, mas ninguém sabe de quanto será ou quando virá o próximo aporte. Além disso, segundo o secretário da Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, José Seixas Lourenço, a distribuição entre os ricos é não apenas desequilibrada como totalmente desproporcional às críticas que fazem a respeito do tratamento que o Brasil dá à Amazônia.

Por exemplo: os Estados Unidos são autores das cobranças mais severas. No entanto, participam com apenas 3% dos recursos totais, percentual que agora subiu para 7% depois que o presidente Bill Clinton anunciou durante a visita desta semana um acréscimo de US\$ 10 milhões na participação americana.

“Ainda assim, é muito pouco”, avalia Seixas, que em Manaus pedirá que os estrangeiros não apenas digam se estão dispostos a bancar a cifra inicial de US\$ 1,5 bilhão, mas também quando haverá novas liberações. O secretário quer também que os países do G-7 e outros que também estão interessados em participar e vão à reunião de Manaus definam exatamente o percentual que caberá a cada um.

Hoje a Alemanha é a campeã, sendo responsável por 55% do dinheiro aplicado na proteção das florestas. O Brasil entra com uma contrapartida de 10%, a Comunidade Européia dá cerca de 20% e o restante tem uma participação irrisória. “Os americanos principalmente ficam envergonhados com o que, de fato, acaba sendo uma omissão. Mas nem por isso dão um grande salto nessa partilha”, considera Seixas.

O foco principal do interesse dos estrangeiros, com certeza, estará centrado nos desmatamentos e queimadas, que nos últimos tempos substituíram a questão indígena como prioridade internacional em relação à Amazônia, por causa do debate em torno das alterações climáticas em todo o mundo. Mesmo assim, no encontro de 27 a 30 de outubro deverá fazer sucesso o anúncio da assinatura, por Fernando Henrique Cardoso, de vários decretos para a demarcação de 8 milhões e 500 mil hectares de áreas indígenas.

O objetivo principal da reunião é discutir as estratégias para a segunda fase do projeto piloto, cuja primeira etapa está em execução há dois anos e hoje tem 150 projetos em andamento que vão desde programas de modernização de técnicas tradicionais de aproveitamento de recursos naturais pelas populações amazônicas até trabalhos de demarcação e desenvolvimento de áreas indígenas, passando também pela fiscalização da sobrevivência da floresta.

O Brasil prestará contas a respeito do andamento desses projetos de desenvolvimento sustentável a cerca de 50 representantes, de nível ministerial, de países não apenas do G-7, mas também da Holanda, Dinamarca, Grécia, Áustria, Luxemburgo, Portugal, Espanha, Finlândia e Suécia. Infelizmente, teremos pouco a dizer de substantivo em relação aos desmatamentos e às queimadas, além da constatação de que as queimadas, de fato, aumentaram na Amazônia. Até ontem, pelo menos, o Ministério do Meio Ambiente não tinha dados precisos a respeito.

Sobre os desmatamentos, apesar de sabermos que 88% de nossas florestas ainda estão de pé, não existem informações detalhadas. O Instituto de Pesquisas Aeroespaciais de São José dos Campos está fazendo um estudo que só fica pronto em novembro.

O próprio secretário de Coordenação da Amazônia reconhece que isso é uma falha significativa, pois os países que bancam o programa criado na reunião do G-7 há sete anos em Houston, Texas, ficarão, no mínimo, desconfiados de que o Brasil quer esconder a real situação dos desmatamentos quando ouvirem que não dispomos dos dados. “Não temos interesse em esconder nada, mas realmente deveríamos ter aprontado a pesquisa a tempo”, diz Seixas.

Nem por isso, no entanto, o Brasil participará sem discurso ou baterá exclusivamente na tecla da garantia dos financiamentos. Os países ricos serão convidados a participar de projetos de desenvolvimento do ecoturismo e da indústria de biotecnologia a partir da utilização de recursos naturais na Amazônia.

Na reunião, o governo brasileiro aproveitará para anunciar que no dia 3 de novembro estará sendo lançada a pedra fundamental do Centro de Biotecnologia da Amazônia, que, a partir do ano que vem, começa as pesquisas para a produção de diversos produtos – como bioinseticidas, óleos essenciais, corantes, plásticos degradáveis, aromatizantes, cosméticos e produtos farmacêuticos – com matéria-prima local.

Para Seixas, esse será o grande salto. “Podemos mudar o paradigma da Zona Franca, cuja indústria de eletroeletrônicos perderá os incentivos em 2013, e garantir, com o desenvolvimento de competências, não apenas a preservação, mas a exploração correta da região.” Tentar proteger uma região de cinco milhões de quilômetros quadrados só com polícia, para Seixas, é trabalho perdido.

O Brasil cobrará dos países ricos as promessas de financiamentos para a proteção da Amazônia

18/10/97 JB 2